



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19

Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR



RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2020

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, CNPJ 76.545.011/0001-19, apresenta seu Relatório Anual 2020, elaborado para atender à legislação societária, contábil e financeira, assim como para prestar contas à sociedade e aos acionistas.

Neste ano atípico em que o mundo foi atingido pela pandemia da COVID-19, a Celepar viabilizou condições para que os órgãos do Governo do Paraná atuassem em regime de teletrabalho, o que gerou economia de R\$ 71,4 milhões em 10 meses de trabalho remoto. Também coube à Celepar estabelecer parcerias com os órgãos do Governo, liderando diversas iniciativas tecnológicas de enfrentamento à pandemia:

Telemedicina
Serviço disponibilizado para a Secretaria de Estado da Saúde, que possibilitou atendimento online por computador ou celular, para avaliação da condição de saúde do cidadão, utilizando inteligência artificial para a triagem dos possíveis casos de infecção por coronavírus. A solução contribuiu para manter o isolamento físico, diminuindo as aglomerações nas unidades de saúde, protegendo, dessa forma, os profissionais de saúde, e disponibilizando mais um canal de acesso à saúde para a população. Foram mais de 20 mil atendimentos, por médicos, psicólogos e bolsistas cadastrados. Assim, o Estado atendeu a sociedade com orientação e serviços de qualidade.

Portal do Coronavírus
Detalha as iniciativas desenvolvidas pelo Governo do Estado no enfrentamento ao vírus, além de agrupar as principais orientações preventivas sobre a saúde. A plataforma também divulga boletins epidemiológicos diários e informações tributárias e legislativas relativas à pandemia.

Renovação de receitas médicas
Visando diminuir a aglomeração nas 23 farmácias do Estado, localizadas nas 22 regionais de saúde, sistemas foram adaptados para ampliar a validade de laudos para obtenção de medicamentos e ampliação da entrega de remédios (para dois ou três meses de uso pelos pacientes, dependendo dos estoques existentes). Essas medidas evitaram a ida mensal de mais de 60.000 pessoas às farmácias.

Cartão Comida Boa
O decreto 4570/2020 instituiu o auxílio emergencial estadual que permitiu a aquisição de alimentos, por famílias de baixa renda, em estabelecimentos comerciais credenciados. O benefício foi distribuído por meio do cartão Comida Boa, onde toda a plataforma, de execução e controle, foi desenvolvida pela Celepar. Foram movimentados cerca de R\$ 113 milhões na economia paranaense em 2,7 milhões de transações de compras nos 399 municípios. No total, mais de 780 mil vouchers foram utilizados pelos beneficiários.

Agendamento online para doação de sangue
Buscando manter os níveis de estoques de sangue e derivados nos hospitais, o que é crucial em tempos de pandemia, a nova solução permite aos cidadãos entre 16 e 59 anos o agendamento de horários para doação de sangue em unidades do Hemepr - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná.

Aplicativo Melhor Hora Paraná
A fim de evitar aglomerações em estabelecimentos comerciais, esta solução (disponível em computadores e celulares) informa os horários com menor fluxo de pessoas em mercados e farmácias, permitindo ao cidadão evitar a ida em horários de muito movimento e

contribuindo para a melhor distribuição do fluxo de pessoas na hora das compras.

Apoio aos artistas e espaços culturais
Como medida para auxiliar uma das classes mais afetadas pela pandemia, essa solução possibilitou aos artistas e espaços culturais o pedido de auxílio emergencial e subsídios, pela Lei Aldir Blanc. Esta iniciativa colocou o Estado entre os pioneiros desta iniciativa. Na primeira fase, foram mais de 3 mil pedidos deste auxílio no Paraná. Além das soluções dedicadas ao enfrentamento da pandemia, a Celepar também atuou na implantação de outras soluções:

Justiça, Família e Trabalho
Site Cartão Futuro: para cadastramento das empresas participantes do programa Cartão Futuro Emergencial, criado pelo Governo do Estado para estimular e manter as contratações de até 15 mil jovens aprendizes de 14 a 18 anos no Paraná.

Segurança
Registro online de boletins: solução ampliada para permitir o registro pela internet de Boletins de Ocorrência (BO) referentes a crimes de estelionato e de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).

Sistema de Controle de Coletes, Algemas, Armas e Munição (SCAM): permite a gestão de diversos itens voltados à segurança pública, tanto no controle quanto na distribuição dos mesmos entre unidades de policiais civis, quanto para auxiliar a polícia na renovação de seus estoques.

O novo Sistema de Gestão da Execução Penal (Siegpe) reúne diversas funcionalidades, como alvará de soltura, mandados de prisão, boletim de ocorrência e registro escolar em um único lugar, além de reduzir o retrabalho pela integração com a Polícia Civil. Denúncias de aglomerações no App 190: a solução permite que a população faça o acionamento sobre ocorrências relacionadas à pandemia do coronavírus. A nova opção agiliza o atendimento de casos de aglomeração de pessoas e libera a linha telefônica do 190 para outros atendimentos.

A 2ª Via Fácil da identidade, primeira ferramenta do gênero no país, permite ao cidadão fazer remotamente o pedido de uma nova carteira de identidade, enviando uma foto da câmera do celular ou do computador, sem precisar ir até um posto de atendimento.

Trânsito
Licenciamento de veículos online: emissão do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo em meio eletrônico (CRLV-e), no portal do Detran-PR e na versão web do Paraná Inteligência Artificial (PIA), tanto para pessoa física, quanto jurídica. App Talonário Eletrônico: o aplicativo GIT Mobi substitui o papel para o preenchimento de autos, oferece apoio aos agentes de fiscalização de trânsito, permitindo lavratura do auto de infração, registro de imagens, obtenção de assinatura de condutores e também consultas de veículos, impressão de autos e condutores.

Aulas Teóricas Remotas para Habilitação: pela integração do Detran-PR com os sistemas das empresas responsáveis pelas aulas teóricas online dos Centros de Formação de Condutores (CFC), foi possível que os cidadãos continuassem a ter aulas teóricas, de forma remota, durante o período de pandemia, dando seguimento ao processo de obtenção da CNH.

Laudo de Gás Natural Veicular (GNV): com a solução, ocorre a liberação do laudo de GNV de forma digital. Antes, o motorista que tinha o seu veículo bloqueado, realizava a inspeção e precisava comparecer ao Detran-PR para apresentar o laudo. Agora todos os laudos emitidos no sistema nacional são inseridos na base estadual e a liberação do veículo pode ser realizada automaticamente, beneficiando quase 40.000 pessoas por ano.

Agricultura e Abastecimento

Compra de produtos da agricultura familiar: novo sistema possibilita a operacionalização de uma única chamada pública para a aquisição de mais de 70 itens produzidos por cooperativas e pelo sistema de agricultura familiar do Paraná. A nova plataforma efetua o registro das cooperativas, controla a apresentação da proposta de fornecimento e a classificação das organizações e faz a gestão da compra e entrega dos produtos.

Projeto Gestão de Taxas: automatiza e simplifica a arrecadação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), com nova plataforma para emissão de boletos, o que permite evoluir os sistemas para vincular a prestação de serviços à emissão e pagamento de taxa.

Meio Ambiente
Autorização ambiental para destinação de resíduos online: as autorizações ambientais para destinação de resíduos gerados no Estado passaram a ser emitidas automaticamente pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA), desenvolvido pela Celepar em parceria com o Instituto Água e Terra. O tempo médio para conclusão da análise do requerimento de autorização ambiental anteriormente era de cinco meses.

Saúde
Implantação do Sistema de Gestão Hospitalar e Ambulatorial do SUS (GSUS), desenvolvido pela Celepar em parceria com a Secretaria da Saúde (SESA), em mais 3 hospitais paranaenses: o da Zona Norte de Londrina (HZN), de Dermatologia Sanitária do Paraná (HDSPR) e de mais módulos no Regional do Litoral de Paranaguá (HRL).

Fazenda
Melhorias no Portal da Secretaria da Fazenda, a partir da criação de um layout mais moderno e uma estrutura de navegação simples, facilitando a localização das informações e permitindo aos usuários um acesso mais fácil.

Fomento Paraná
Fomento Fácil: processo que auxilia na redução do prazo de análise para concessão de financiamentos de até R\$ 100 mil para até 15 dias.

Outras iniciativas
TechAjuda Celepar: um canal para tirar dúvidas da população sobre o uso de celular, internet e outras ferramentas tecnológicas. Os atendimentos são feitos pelo WhatsApp, de maneira simples para facilitar a vida do cidadão com a tecnologia.

Carteira do Autista: o documento é digital e pode ser solicitado pela internet, com impressão pelo próprio usuário ou responsável, facilitando a identificação e a prioridade no atendimento de todos os paranaenses com Transtorno do Espectro Autista em serviços públicos e privados.

Startup Match: a plataforma conecta startups com pesquisadores, unindo startups a especialistas de um determinado tema, que, em conjunto com a possibilidade de concorrer a bolsas de pesquisas da Fundação Araucária, pode avançar novos projetos, fomentando o ecossistema de inovação paranaense.

São inúmeros os benefícios proporcionados por estas soluções para a sociedade, nem sempre traduzíveis em números ou quantificáveis em balanços financeiros. Por isso, todo o corpo de colaboradores da Celepar se dedicou para permitir que, mesmo em um dos anos mais difíceis da nossa história, tanto a sociedade quanto o Governo do Paraná pudessem contar com ferramentas de tecnologia para melhorar o seu cotidiano, obtendo serviços com mais qualidade, segurança e rapidez.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1)

	ATIVO			PASSIVO			
	Notas	2020	2019	Notas	2020	2019	
CIRCULANTE		151.836.218	131.621.853	CIRCULANTE		77.680.490	76.668.151
Caixa e Equivalentes de Caixa	"3.4" e "4"	97.032.293	51.385.130	Fornecedores	"3.12"	6.604.870	11.249.454
Contas a Receber de Clientes	"3.5" e "5"	32.700.207	58.989.601	Obrigações Sociais e Trabalhistas	"3.14" e "11"	28.537.127	26.984.455
Impostos a Recuperar	"3.11" e "6"	7.692.749	6.196.135	Obrigações Fiscais e Tributárias	"3.14" e "12"	7.098.254	6.979.320
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados	"3.11"	95.293	85.635	Provisão para Demandas Judiciais	"3.13" e "13"	30.312.962	30.606.937
Estoques	"3.6"	702.467	342.970	Dividendos e Juros s/Capital Próprio	"3.14" e "15"	4.988.767	662.447
Outros Créditos	"3.11"	147.307	331.155	Outras Obrigações	"3.14"	138.510	185.538
Impostos Diferidos	"3.11" e "7"	11.777.490	12.473.863	NÃO CIRCULANTE		6.892.014	9.197.324
Despesas Antecipadas	"3.11"	1.688.412	1.817.364	Depósitos em Caução	"3.14" e "16"	484.528	467.512
NÃO CIRCULANTE		76.635.256	84.669.710	Provisões de Longo Prazo	"3.14" e "17"	6.407.486	8.729.812
Realizável a Longo Prazo	"8"	21.305.996	18.689.232	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.898.970	130.426.088
Impostos diferidos de longo prazo	"3.11" e "7"	1.823.214	-	Capital Social	"18.1"	100.000.000	100.000.000
Depósitos para recursos	"3.11"	15.045.852	14.690.911	Reservas de Capital	"18.2"	8.660.013	8.660.013
Despesas antecipadas e outros créditos		4.436.930	3.998.321	Reserva Legal	"18.3"	8.114.450	7.137.413
Investimentos		523.217	509.217	Reserva de Lucros	"18.5"	28.192.365	14.628.662
Imobilizado	"3.8" e "9"	43.527.943	52.669.022	Ajustes de Avaliação Patrimonial	"18.6"	(1.067.858)	-
Intangível	"3.9" e "10"	11.278.100	12.802.239				
TOTAL DO ATIVO		228.471.474	216.291.563	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		228.471.474	216.291.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1)

	Reserva de Lucros				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros			
Em 31 de dezembro de 2018	100.000.000	8.657.057	6.997.951	12.641.322	-	-	128.296.330
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 23)	-	-	2.956	-	-	-	2.956
Reversão de JCP para Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.789.250	-	2.789.250
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	139.462	-	(139.462)	-	-
Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	(662.447)	-	(662.447)
Transferência p/ Reserva Esp. de Lucros (nota 18.5)	-	-	-	1.987.340	(1.987.340)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	100.000.000	8.660.013	7.137.413	14.628.662	-	-	130.426.088
Resultado Atuarial Líquido (nota 18.6)	-	-	-	-	-	(1.067.858)	(1.067.858)
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 23)	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de JCP para Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	19.540.740	-	19.540.740
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	977.037	-	(977.037)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (nota 18.4)	-	-	-	-	(5.000.000)	-	(5.000.000)
Transferência p/ Reserva Esp. de Lucros (nota 18.5)	-	-	-	13.563.703	(13.563.703)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	100.000.000	8.660.013	8.114.450	28.192.365	-	(1.067.858)	143.898.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1)

	Notas	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	"22"	258.451.600	244.987.349
Custo dos Serviços Prestados		(184.267.898)	(181.604.730)
LUCRO BRUTO		74.183.702	63.382.619
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(46.482.437)	(59.388.554)
Gerais e Administrativas		(51.085.702)	(69.520.847)
Despesas Financeiras		(263.543)	(75.634)
Receitas Financeiras	"21"	4.755.616	4.516.891
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		111.192	5.691.036
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL		27.701.265	3.994.065
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	"14"	(7.583.792)	(802.824)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	"7"	(576.733)	(401.991)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.540.740	2.789.250
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais)		0,1954	0,0279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em R\$ 1)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	19.540.740	2.789.250
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	12.179.542	11.127.767
Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 9.b)	32.870	45.445
Resultado atuarial líquido (nota 18.6)	(1.067.858)	-
(Reversão) Constituição de Provisão Impostos Diferidos	(1.126.841)	401.991
(Reversão) Constituição de Provisões p/ Benef. Emp. e Pós Emprego	(2.322.325)	2.643.738
(Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais	(283.975)	4.847.300
26.942.153	21.855.492	
(Aumento) Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	26.289.394	(19.319.594)
Impostos a Recuperar	(1.496.614)	(1.515.875)
Estoques	(359.497)	95.083
Despesas Antecipadas de Curto Prazo	128.952	(526.802)
Depósitos Judiciais	(354.941)	(6.839.484)
Outros Ativos	(264.420)	2.249.211
23.942.874	(25.857.460)	
Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Fornecedores	(4.644.584)	5.824.343
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.552.672	3.555.573
Obrigações Fiscais e Tributárias	107.701	579.489
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(662.447)	659.491
Outras Obrigações	(47.028)	(867.931)
Depósitos em Caução	17.016	(819.476)
(3.676.670)	8.931.489	
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	47.208.357	4.929.521
Atividades de Investimentos		
Aplicação em Investimentos	(14.000)	(12.000)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(301.432)	(7.763.830)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	(1.245.762)	(5.985.117)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.561.194)	(13.760.947)
Atividades de Financiamentos		
Reversão de Dividendos e de Juros sobre Capital Próprio	-	2.956
Dividendos Propostos (nota 18.4)	-	(662.447)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	-	(659.491)
Redução (Aumento) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	45.647.163	(9.490.918)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	51.385.130	60.876.048
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	97.032.293	51.385.130
45.647.163	(9.490.918)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores em R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Casa Civil, tem como objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais (R\$ 1).

2.1 Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2020, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião realizada em 24 de março de 2021.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Os administradores também acompanham cuidadosamente todas as deliberações das autoridades de saúde do Estado e dos municípios em que a empresa atua, adotando as medidas preventivas de sanitização de ambientes e de veículos, monitoramento de entrada e circulação de pessoas em suas dependências, proteção dos trabalhadores e adoção de teletrabalho para todas as atividades possíveis, de modo a minimizar os impactos da pandemia de Covid-19 em suas atividades. Considerando que o novo cenário mundial reforçou o uso de soluções tecnológicas por todas as organizações, o ramo de atividade da Companhia não sofreu efeitos negativos até o momento, motivo que reforça a percepção que não há impactos negativos da pandemia a serem considerados na continuidade dos negócios ou nas estimativas contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: obrigações junto a fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuam valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis se faz necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (Nota 13).

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece no caixa, saldo de contas correntes e aplicações financeiras de resgate imediato.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado".

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na análise dos créditos a receber e seu comportamento histórico no que tange à inadimplência, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber decorrentes de sua prestação de serviços ou decorrentes de cessão funcional.

A "NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente" estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes na NBC TG 30 - Receitas, NBC TG 17 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar por cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Celear e não identificaram impactos significativos na aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) sobre a posição patrimonial e financeira (ou) o desempenho das operações da Companhia.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

A administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do CPC 27, quanto às taxas de depreciação utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Imobilizado e pôde concluir que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tampouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment nos exercícios contemplados nas presentes demonstrações. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revisados inicialmente em 2015 e continuam em acompanhamento, sendo que eventuais ajustes que surgirem serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do Imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 - Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.9 Intangível

Itens do Ativo Intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

O valor contábil líquido do Ativo Intangível é avaliado segundo os preceitos dos CPC 04 - Ativo Intangível e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos

A administração pretende revisar quando necessário o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando são de característica permanente ou quando é provável que sua realização se dará em prazo superior a doze meses.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como Passivo Não Circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação econômica e, subsequentemente vão sofrendo amortização parcial ou total de acordo com a realização dos pagamentos.

3.13 Provisão para Contingências

A Companhia adota os conceitos estabelecidos na NBC TG 25 (R2) sobre provisões, passivos contingentes e Ativos contingentes na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (Nota 13)

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir: Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações contábeis; para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, são classificados como Circulantes quando sua exigência/liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando é provável que sua exigência/liquidação se dará em prazo superior a doze meses.

3.15 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à incidência direta da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), do Imposto Sobre Serviços (ISS), do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às alíquotas vigentes na região de atuação da Companhia e de acordo com a atividade exercida pela mesma, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de prestação de serviços para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e Cofins são deduzidos do custo dos serviços prestados na Demonstração de Resultado do Exercício.

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real anual e classificados em corrente ou diferido, conforme segue:

Corrente - O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000) para o Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

Diferido - O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e base negativa, bem como com base nas diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, somente na data de sua realização.

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são constituídos em conformidade com o CPC 32 - tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

3.16 Lucro por Ação

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/quantidade de ações" que formam o capital social da Companhia".

3.17 Distribuição de Lucros

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (JCP) é considerado na apuração do lucro real para cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O cálculo do JCP ocorre quando determinado pela diretoria e o seu reconhecimento só ocorre quando autorizado pelo Conselho de Administração. A partir do exercício 2020, os juros sobre capital próprio passaram a ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

3.18 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros "Impairment"

A Celear adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

Neste período, a Celear não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2020	2019
Recurso em Bancos - conta corrente	491.635	531.294
Aplicações Financeiras	96.540.658	50.853.837
Total	97.032.293	51.385.131

As aplicações financeiras estão compostas por fundos de renda fixa de curto prazo no Banco do Brasil e Banco Santander (Brasil).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os créditos estão representados, substancialmente, por operações com órgãos do governo Municipal e Estadual.

Descrição	2020	2019	Varição
Clientes a Receber	32.700.207	58.989.601	(26.289.394)
Total	32.700.207	58.989.601	(26.289.394)

Em 2020, as Contas a Receber de Clientes totalizam R\$ 35.108.126 porém foi reconhecido ajuste para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 2.407.919 com base nos valores em aberto há mais de cinco anos, pois só a partir desse prazo a administração considera que há risco de não recebimento de tais contas.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos recolhimentos em regime de estimativa que excedem o valor de tais tributos no exercício por ocasião do ajuste anual, de acordo com os dispositivos legais, nas contas de IRPJ a Compensar e CSLL a Compensar. As retenções das Contribuições 4,65% (PIS, COFINS e CSLL) sobre as notas fiscais emitidas pela Companhia estão registradas em contas individualizadas. O PIS e a COFINS são compensados mensalmente e a CSLL é compensada nos meses em que há lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04).

Impostos a recuperar	2020	2019
Contribuição Social Retida sobre faturamento	22.062	89.288
IRPJ a Compensar	5.626.596	4.024.434
CSLL a Compensar	1.638.821	1.284.092
COFINS retida sobre faturamento	163.812	345.382
PIS retido sobre faturamento	29.213	69.642
Outros Impostos a Recuperar	212.245	383.297
Total	7.692.749	6.196.135

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e de 9% para a

Contribuição Social (CSLL). Tais tributos diferidos integram o grupo de contas de Impostos a Recuperar do Ativo Circulante da Companhia e, quando diferidos sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial ou sobre provisões de longo prazo, integram o Ativo Realizável a Longo Prazo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2020

Ativos fiscais de curto prazo diferidos sobre:	2020	Movimentação do Período	2019
Provisão Trabalhistas	8.171.778	(72.992)	8.244.770
Provisão p/ Benefícios Emprego e Pós Emprego	264.105	(431.422)	695.527
Provisão Tributárias	206.455	36.455	170.000
Provisão p/ Outras Ações	1.928.174	(63.415)	1.991.589
Provisão Crédito de Liquidação Duvidosa	1.206.978	(164.999)	1.371.977
Total	11.777.490	(696.373)	12.473.863

Ativos fiscais de longo prazo diferidos sobre:	2020	Movimentação do Período	2019
Provisão p/ Benefícios Emprego e Pós Emprego	1.273.105	1.273.105	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL)	550.109	550.109	-
Total	1.823.214	1.823.214	-

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

No Realizável a Longo Prazo são registrados valores com expectativa de realização superior a um exercício social, como as despesas antecipadas com prazo de apropriação superior a doze meses, os depósitos referentes a ações trabalhistas e de outras naturezas em que a Companhia figura como ré, bem como impostos diferidos e outros créditos com realização no longo prazo.

Descrição	2020	2019
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	12.487.321	12.135.603
Judiciais Diversos	2.558.531	2.555.308
Créditos fiscais diferidos - longo prazo		
IRPJ diferido	1.340.599	-
CSLL diferido	482.616	-
Outros créditos - longo prazo		
Previdel - Previdência Privada da Celear	3.478.823	2.821.694
Despesas Antecipadas - longo prazo		
Despesas Antecipadas com software	958.106	1.176.627
Total	21.305.996	18.689.232

9. IMOBILIZADO

a) Composição do Imobilizado

Descrição	2020		
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	284.200	284.200
Edificações	4	32.410.863	(11.201.377)
Instalações	10	12.794.651	(8.039.619)
Equipamentos	10 e 20	69.349.435	(53.142.288)
Móveis e Utensílios	10	6.201.606	(5.129.528)
Total		121.040.755	(77.512.812)

(*) - Taxas anuais de depreciação

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2020					
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixa de bens	Depreciação baixada	Valor Líquido
Terrenos	284.200	-	-	-	-	284.200
Edificações	22.452.022	-	(1.242.536)	-	-	21.209.486
Instalações	6.002.669	42.000	(1.289.637)	-	-	4.755.032
Equipamentos	22.622.385	69.100	(6.484.338)	(778.521)	778.521	16.207.147
Móveis e Utensílios	1.307.746	190.332	(393.130)	(210.247)	177.377	1.072.078
Total	52.669.022	301.432	(9.409.641)	(988.768)	955.898	43.527.943

10. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

Descrição	2020		
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Sistemas de Suporte	20,25,33,50 ou 100	49.359.383	(38.094.365)
Outros Intangíveis		13.082	-
Total		49.372.465	(38.094.365)

(*) - Taxas anuais de amortização

b) Movimentação do Intangível

Descrição	2020				
	Valor Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Valor Líquido
Sistemas de Suporte	12.789.157	1.245.762	(2.769.901)	-	11.265.018
Outros Intangíveis	13.082	-	-	-	13.082
Total	12.802.239	1.245.762	(2.769.901)	-	11.278.100

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia são compostas por:

Descrição	2020	2019
Provisão de Férias e Encargos	18.848.068	16.885.773
Provisão Social	1.299.464	1.254.261
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.029.405	1.039.951
Outras Obrigações	7.360.190	7.804.469
	28.537.127	26.984.454

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DE CURTO PRAZO

As obrigações fiscais e tributárias da Companhia são compostas por:

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As provisões para demandas judiciais apresentaram a seguinte movimentação em 2020:

Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Outras Ações	TOTAL
SALDO EXERCÍCIO 2019	24.249.322	500.000	5.857.615	30.606.937
Reversão em 2020 das Provisões constituídas em 2019	(24.249.322)	(500.000)	(5.857.615)	(30.606.937)
Constituição de Provisões em 2020	24.034.641	607.221	5.671.100	30.312.962
SALDO EXERCÍCIO 2020	24.034.641	607.221	5.671.100	30.312.962

13.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificada de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, com base no valor de perda estimada, estando assim distribuídos:

- Provável - R\$ 24.034.641 (R\$ 24.249.322 em 2019);
- Possível - R\$ 2.401.922 (R\$ 2.526.017 em 2019);
- Remota - R\$ 2.196.516 (R\$ 612.484 em 2019).

13.2 Processos Tributários

A provisão de R\$ 607.221 classificada com risco de perda provável para contingência tributária refere-se ao processo administrativo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E/Receita Federal (R\$ 107.221) e ao processo administrativo 10980.723475/2010-15/Receita Federal (R\$ 500.000) que têm depósitos em garantia com valor original de R\$ 35.138 e R\$ 1.548.450, respectivamente.

Há ainda processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil que não foram avaliados pelos assessores jurídicos por não se encontrarem com ou em fase de depósito em garantia. Tais processos são referentes à discussão com tal órgão de não homologação de valores referentes a compensações de IRRF e CSLL retidos por clientes sobre as notas fiscais emitidas pela Celearpar, bem como multa, juros e atualizações sobre tais valores.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Foi considerada também a probabilidade de perda para outras ações, referente a ações cíveis de risco provável no valor de R\$ 5.671.100, para quais já há garantia depositada de R\$ 854.612 (valor original). Existem contra a Companhia outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em um montante de R\$ 7.439.660 e outros de risco remoto, em um montante de R\$ 77.110, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Também há outras ações cíveis movidas pela Celearpar contra terceiros com êxito provável (R\$ 8.820.000), êxito possível (6.267.258) ou êxito remoto (R\$ 162.836) sem necessidade de qualquer tratamento contábil por serem ações movidas pela Companhia contra terceiros.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, com base no lucro real, os montantes de R\$ 5.462.660 (R\$ 528.456 em 2019) de provisão líquida para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 2.121.132 (R\$ 274.368 em 2019) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 7.583.792 (R\$ 802.824 em 2019) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício 2020:

Descrição	CSLL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	27.124.532	25.003.400
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	2.121.132
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	51.339.212	51.339.212
(-) Excluídos	(54.895.616)	(54.895.616)
(=) Base de Incidência da CSLL e IRPJ antes dos incentivos fiscais	23.568.128	23.568.128
(-) Incentivos fiscais	-	(405.372)
CSLL e IRPJ sobre o resultado do exercício	2.121.132	5.462.660

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

No exercício de 2020, foram apropriados com data de 31/12/2020, juros sobre capital próprio (JCP) no valor total de R\$ 5.000.000 (R\$ 0 em 2019), creditados contabilmente à cada acionista de acordo com o percentual de sua participação societária e cujo pagamento ou reversão para Reservas caberá à Assembleia Geral de Acionistas. Seguindo o ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, o valor dos Juros sobre Capital Próprio foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício 2020 e seu valor líquido de IRRF (R\$ 4.988.767) permanecerá no Passivo Circulante até a deliberação da Assembleia, conforme acima mencionado.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe cauções como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato. Valores suficientes para devolução das cauções corrigidas aos fornecedores, quando devido, são mantidos em aplicação financeira pela Companhia.

Descrição	2020	2019	Varição
Caução	484.528	467.512	17.016
TOTAL	484.528	467.512	17.016

17. PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA

Em 06/11/2018 foi instituído por meio de Acordo Coletivo de Trabalho Específico, o PAI-Programa de Aposentadoria Incentivada com vigência de 12/11/2018 à 11/03/2019 a fim de incentivar o desligamento da empresa de empregados já aposentados pelo INSS que cumprissem outros requisitos constantes no Acordo. O valor total do benefício de cada opante pelo plano tem pagamento em 36 parcelas mensais que passou a vencer a partir do mês seguinte ao de desligamento (entre 30 a 60 dias após a opção).

A medida em que ocorreram as adesões ao programa, o valor total do incentivo foi provisionado e quando ocorreram os efetivos desligamentos em 2018 e 2019, o valor total do incentivo foi reconhecido como despesa, haja vista ter se dado de forma irrevogável o fato gerador da obrigação. Ao final do exercício 2020 o saldo devido aos desligados através do referido programa totalizava R\$ 6.549.153 com vencimento no curto prazo e R\$ 1.045.091 com vencimento no longo prazo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**18.1 Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 100.000.000 é representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

18.2 Reservas de Capital

As Reservas de Capital são constituídas de Subvenções para Incentivos Fiscais com saldo de R\$ 207.687 remanescente de exercícios anteriores e Reserva para Aumento de Capital com saldo de R\$ 8.452.326 que foi constituída em 2014 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 5.818.356, conforme determinação da 63ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), em 2018 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) de R\$ 2.631.014, conforme determinação da 69ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e em 2019 pela reversão dos dividendos do exercício 2018, conforme determinação da 56ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), reserva esta constituída visando futuro aumento de capital social.

18.3 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social. Em 2020, R\$ 977.037 foram destinados à reserva legal.

18.4 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o art. 73 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Como em 2020 os juros sobre capital próprio de R\$ 5.000.000 (R\$ 0 em 2019) foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, não houve necessidade de reconhecimento de qualquer outro valor como dividendos. O valor dos juros sobre capital próprio que cabe a cada acionista, conforme participação societária, está detalhado na nota explicativa 23.

18.5 Reserva de Lucros

No exercício 2020 foi destinado à Reserva Especial de Lucros o valor de R\$ 13.563.703 (R\$ 1.987.340 em 2019), resultante da diferença entre o valor do lucro líquido do exercício e a soma dos dividendos/juros sobre capital próprio imputados aos dividendos e da reserva legal constituída no exercício, destinando-se à futura utilização conforme legislação vigente e deliberação dos acionistas.

18.6 Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial apresentados no Patrimônio Líquido a partir de 31/12/2020 são decorrentes da contabilização de valores apontados no laudo atuarial envolvendo o benefício de previdência privada concedido pela Companhia, deduzidos dos valores de IRPJ(25%) e CSLL(9%) diferidos sobre tais valores.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS**19.1 Benefícios a empregados**

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os empregados, tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral e Auxílio Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

19.2 Benefícios a aposentados

A Companhia concede assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho sendo que a permanência no plano implica no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabe ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas.

Como o benefício em questão está garantido no Acordo Coletivo de Trabalho (com vigência até 30/04/2021), a Companhia provisionou em dezembro/2020, as possíveis despesas com assistência médica aos aposentados até o final da vigência de tal Acordo - num total de R\$ 776.781.

O seguro de vida contratado pela Companhia apenas para empregados e aposentados opantes é totalmente reembolsado pelos aposentados segurados, não cabendo provisionamento de valores.

19.3 Previdência Privada

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar denominada Previcel - Previdência Privada da Celearpar. Tal entidade não possui fins lucrativos e foi constituída através da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996. Tem a finalidade de garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a empregados da Celearpar e participantes, por meio do plano de benefício definido. O Plano Básico de Benefícios da Previcel encontra-se na situação de superávit técnico, apresentando em 31/12/2020 superávit de R\$ 10.248.787.

A empresa Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários Ltda, CNPJ 15.489.945/0001-96, realizou por demanda da Celearpar, estudo atuarial com consequente emissão de Relatório de Avaliação Atuarial relativo ao Plano Básico de Benefícios da Previcel, contendo os resultados da avaliação atuarial procedida (dados em 31/12/2020 e 31/12/2019) com base nas regras ditadas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, anexo à Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012.

As principais premissas atuariais utilizadas no estudo atuarial foram:

- Taxa nominal de desconto = 7,51%
- Taxa nominal de crescimento salarial = Tabela por faixa etária 2020
- Taxa de inflação estimada no longo prazo = 3,30%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios = 3,30%
- Tábua de mortalidade AT 2000 Feminina

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)

2. Aposentadoria daqui a 15 anos (idade atual 40 anos)

O laudo atuarial, apresentou entre outros dados, a seguinte reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido (os valores foram contabilizados em 31/12/2020):

- Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior = 0
- Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa = 3.744.428
- Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI") = 1.617.967
- Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano = 5.362.395

20. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas conforme detalhamento:

Seguro	Vigência	Cobertura máxima
Seguro de Responsabilidade Civil	03/09/2020 à 03/09/2021	15.000.000
Seguro Patrimonial	18/03/2020 à 17/03/2021	160.762.914
Seguro de Vida	01/11/2019 à 31/10/2021	112.132.824
	Total	287.895.738

21. RECEITAS FINANCEIRAS

Composição das Receitas Financeiras auferidas pela Companhia em 2020:

Receita Financeira	2020
Rendimento e valorização de aplicações financeiras (nota 4)	1.141.552
Variações monetárias ativas	3.480.561
Descontos e juros auferidos	114.517
JCP e outras receitas financeiras	18.986
	4.755.616

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na CPC 30 item 8B apresenta-se o detalhamento da Receita Bruta Tributável:

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	313.198.113	296.656.793
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(54.746.513)	(51.669.444)
Impostos sobre serviços	(15.457.646)	(14.611.141)
PIS Não Cumulativo	(4.012.862)	(3.724.678)
COFINS Não Cumulativo	(18.483.544)	(17.156.150)
COFINS Cumulativo	(2.095.099)	(2.119.707)
PIS Cumulativo	(453.934)	(459.266)
Contribuições Previdenciárias	(14.086.870)	(13.337.825)
Descontos Incondicionais	(156.558)	(260.677)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	258.451.600	244.987.349

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 24/04/2020 foi aprovada na 79ª Assembleia Geral Extraordinária a proposta de remuneração global dos Administradores, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Indicação e Avaliação e de Auditoria Estatutária da Companhia, no valor global de R\$ 4.439.949 para o período de maio de 2020 a abril de 2021. A aprovação para tal remuneração global para o período de maio de 2020 a abril de 2021 já havia se dado na 72ª Assembleia Geral Extraordinária em 26/04/2019 com o valor global de R\$ 4.351.911. A remuneração individualizada em 2020 de cada administrador da Companhia pode ser consultada em <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/orgao=CELEPAR>.

A Companhia presta serviços para alguns de seus acionistas, apresentando a posição abaixo no exercício 2020:

CNPJ do Acionista	Razão Social	Valor faturado em 2020 (R\$)	Valor dos Recebimentos em 2020* (R\$)	Saldo do Contas a Receber em 31.12.20* (R\$)
76.483.817/0001-20	Companhia Paranaense de Energia	5.731	6.077	25
76.417.005/0001-86	Município de Curitiba	6.821.536	6.817.435	16.404
76.484.013/0001-45	Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar	35.296	33.280	0
76.494.459/0001-50	Cia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná - Codapar	-	16.753	0
	Total	6.862.563	6.873.545	16.429

*valor dos recebimentos e saldo do contas a receber: valor líquido de retenção de impostos

Embora a Companhia preste serviços para diversos órgãos do governo estadual, não possui nenhum contrato cujo cliente apresente o mesmo número do CNPJ de seu acionista Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28). Todos os serviços prestados para seus acionistas ocorrem nas mesmas condições e preços que os praticados com os demais clientes.

A remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio) de acordo com a participação acionária, apresentou a seguinte situação em 2020:

CNPJ do Acionista	Razão Social	JCP Bruto 2020	JCP 2020 líquido de IRRF	Dividendos 2019 pagos em 2020
76.416.940/0001-28	Estado do Paraná	4.734.875	4.734.875	627.321
11.316.322/0001-60	Fundo de Desenvolvimento Econômico Redecard S/A	190.145	190.145	25.192
01.425.787/0001-04	Município de Curitiba	72.750	61.837	9.639
76.417.005/0001-86	Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar	95	95	13
76.484.013/0001-45	Fundação Celearpar	1.730	1.470	229
76.440.833/0001-35	Companhia Paranaense de Energia	10	9	1
76.483.817/0001-20	Cia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná - Codapar	10	9	1
76.494.459/0001-50		385	327	51
	Total	5.000.000	4.988.767	662.447

Em 2019 não houve pagamento de dividendos aos acionistas pois os dividendos referentes ao exercício 2018, no valor total de R\$ 2.956, foram integralmente revertidos para a Reserva para Aumento de Capital conforme deliberação da 56ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26/04/2019.

Tanto em 2019 como em 2020 não houve reversão para Reservas e nem pagamento de juros sobre capital próprio dado sua não apropriação nos exercícios imediatamente anteriores (2018 e 2019). Os juros sobre capital próprio referentes ao exercício 2020, com valor líquido de R\$ 4.988.767 (R\$ 0 em 2019) dependem de deliberação da Assembleia Geral para efetivo pagamento aos acionistas ou reversão para Reservas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Victorino de Moura
Diretor-Presidente

Pedro Carlos Carmona Gallego
Diretor Administrativo-Financeiro

Andre Luiz Bäuml Tesser
Diretor Jurídico

Anibal André Antunes Mendes
Diretor de Tecnologia

Eros Augusto Vicente de Brito
Diretor de Mercado

Glaucio Baduy Galize
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Aurélio Bonato
Diretor de Infraestrutura e Operações

CONTADORA

Eli Margarete Winter
CRC-PR 062044/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Aos**

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Planos de benefícios pós emprego

Conforme consta na Nota Explicativa nº 19, a Companhia tem plano de benefício pós emprego com característica de Benefício Definido (Plano Básico PREVICEL), concedido a ex-colaboradores, referente a previdência privada, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto de inflação, taxa de permanência e de mortalidade. Alterações nas premissas utilizadas ou diferenças entre tais premissas e os dados reais apurados podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido e, consequentemente, nos resultados das operações da Companhia, razão pela qual esse foi considerado um assunto significativo de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado. Realizamos análises considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em seus aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que complementam o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2020, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciação dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Contábeis.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 29 de março de 2021, nossa opinião é de que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da 58ª Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 06 de abril de 2021.

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Conselho

João Evaristo Debiasi
Conselheiro

Michael Vinícius Pomim de Oliveira
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, no exercício de suas competências e atribuições legais, conforme previsto no Regimento Interno do CAE e, considerando as informações prestadas pela Administração da companhia e pelos profissionais da Russel Bedford Brasil, entende que as Demonstrações Contábeis da Celepar, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representam de forma adequada, de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no país, a correta situação patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, portanto, por unanimidade, sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Curitiba, 06 de abril de 2021.

João Luiz Barbur Madalozzo
Presidente do Comitê

Lineu Edison Tomass
Membro do Comitê

Luciano Borges dos Santos
Membro do Comitê

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia e o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram submetidos pela Diretoria Executiva à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovados por unanimidade na 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Auditoria Estatutário realizada em 06/04/2021, na 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada em 06/04/2021 e na 66ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR realizada em 07/04/2021.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Victorino de Moura
Diretor-Presidente

Pedro Carlos Carmona Gallego
Diretor Administrativo-Financeiro

André Luiz Bäuml Tesser
Diretor Jurídico

Anibal André Antunes Mendes
Diretor de Tecnologia

Eros Augusto Vicente de Brito
Diretor de Mercado

Glauco Baduy Galize
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Aurélio Bonato
Diretor de Infraestrutura e Operações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Elias de Oliveira
Presidente do Conselho

Adelmaris Martins Marques
Conselheira

Paulo César Krauss
Conselheiro

Allan Marcelo de Campos Costa
Conselheiro

João Luiz Giona Junior
Conselheiro

Fabio Alexandre Pazzeto Arruda
Conselheiro

Leandro Victorino de Moura
Conselheiro

79397/2021

A NOVA VARIANTE É MAIS RÁPIDA, MAIS TRANSMISSÍVEL E MAIS MORTAL.

RESPEITE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO.

- **USE MÁSCARA.**
- **NÃO AGLOMERE.**
- **HIGIENIZE AS MÃOS.**

#PARANACONTRACOV19

 **Diário OFICIAL Paraná**

www.coronavirus.pr.gov.br



COM A UNIÃO DE TODOS
VAMOS VENCER ESSE DESAFIO

E SALVAR VIDAS.

